

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.774 - CE (2013/0009159-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : JOÃO DA SILVA COSTA  
**ADVOGADO** : ENÍSIO CORDEIRO GURGEL - CE002656  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : LUIZ ARTHUR MARQUES SOARES - CE007521  
PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS - PE000795B

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO DA SILVA COSTA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. APLICABILIDADE DO CDC. CONTRATOS BANCÁRIOS. CEF. SÚMULA Nº 297-STJ. CONTRATOS POSTERIORES A MARÇO DE 2000. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EM PERÍODO INFERIOR A UM ANO. POSSIBILIDADE. JUROS SUPERIORES A 12% AA. LEGALIDADE. SÚMULA Nº 596-STF. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE DE SUA COBRANÇA. INACUMULABILIDADE COM OUTRAS TAXAS: MULTA, JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA.*

*1. O indeferimento de produção de provas com o julgamento antecipado da lide, por si só, não pode servir de justificativa à alegação de cerceamento de defesa, eis que, cabe ao magistrado a análise do conjunto probatório que reputar relevante e necessário à formação do seu convencimento.*

*2. A teor da Súmula nº 297-STJ, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, portanto, os contratos de empréstimo bancário estão sujeitos às normas nele contidas.*

*3. A teor da Súmula nº 596- STF, as limitações constantes do Decreto nº 22.626/33 referentes às taxas de juros e de outros encargos não se aplicam às operações realizadas pelas instituições públicas ou privadas integrantes do Sistema Financeiro Nacional, razão pela qual é permitida a cobrança de juros em patamar superior a 12% ao ano.*

*4. A capitalização de juros de ano a ano é permitida pelo art. 4º do Decreto nº 22.626/33 que, neste aspecto, não foi revogado pela Lei n. 4.595/64. A capitalização, porém, dos juros em período inferior a um ano foi admitida, nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a partir do advento da MP nº 1.963-17/2000(reeditada sob o nº 2.170/36), desde que expressamente pactuada pelos contratantes.*

*5. Na hipótese dos autos, os contratos foram celebrados com a*

*CEF em datas posteriores à edição da mencionada medida provisória, razão pela qual, admite-se capitalização mensal dos juros.*

*6. É possível a cobrança de comissão de permanência quando pactuada e desde que não haja cumulação com juros, correção monetária e multa. Entendimento da súmula 30 do STJ.*

*7. Observa-se que a parte ré, ora recorrente, não se desincumbiu, a teor do art. 333, do CPC, do ônus de demonstrar a ilegalidade das cláusulas contratuais relativas aos juros, à sua capitalização e à comissão de permanência a justificar a declaração de nulidade das mesmas.*

*Preliminar rejeitada. Apelação improvida. " (e-STJ,fl.180/181)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 204/208)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 535, I e II, 1.101 do CPC/73 e art. 6º do CDC, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que: 1) o acórdão recorrido foi contraditório por não ter reconhecido que, ao ajuizar a presente ação monitória, o banco recorrido juntou apenas extratos bancários, que não constituem prova cabal e indispensável do débito; 2) houve cerceamento de defesa por não ter sido deferida a produção de prova pericial.

Apresentadas contrarrazões às fls. 224/230 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Quanto à alegação de que o banco recorrido juntou apenas extratos bancários, que não constituem prova cabal e indispensável do débito, a Corte de origem consignou:

*"Na verdade, não procede a referida argumentação, posto que a matéria foi amplamente analisada pelo v. acórdão fustigado à medida que se posicionou a respeito de todas as ilegalidades apontadas nos referidos instrumentos contratuais, que serviram de base para o ajuizamento da monitória em alusão, e cuja validade a embargante ainda insiste em questionar, mesmo que seja pela via imprópria dos embargos de declaração" (e-STJ fl.206).*

Como visto, a Corte de origem consignou expressamente que foram juntados aos autos os instrumentos contratuais firmados entre as partes e que os mesmos são suficientes para a solução do litígio. Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Já quanto à alegação de cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova pericial, a Corte de origem concluiu:

*"Sustenta a recorrente que, para a elucidação da lide, seria de fundamental importância a realização da prova técnico-pericial requerida, porquanto só através dela se poderia constatar as ilegalidades apontadas nos cálculos realizados para apuração do montante da dívida que está lhe sendo cobrada. A ausência das referida prova estaria a configurar o cerceamento de sua defesa, dando ensejo a nulidade do processo.*

*Há que se perceber que o indeferimento de produção de provas, por si só, não pode servir de justificativa à alegação de cerceamento de defesa, eis que, **cabe ao magistrado a análise do conjunto probatório que reputar relevante e necessário à formação do seu convencimento. Sendo assim, aqueles que reputar inúteis ou meramente protelatórios poderão ser dispensados.***(e-STJ fl. 171)

Como se vê, o Tribunal de origem entendeu substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Não de ser levados em consideração os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz que, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil de 1973, permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento das que considerar inúteis ou protelatórias.

Considere-se, ainda, que a recorrente pleiteia genericamente a realização de perícia, sem indicar qual o objetivo a referida prova. Frise-se que todas as ilegalidades do contrato apontadas pela recorrente constituem questões de direito, que foram fundamentadamente refutados pelo acórdão recorrido.

Dessa forma, não há falar em nulidade processual, por ausência de produção das provas requeridas pela recorrente.

Além disso, rever os fundamentos, que levaram a tal entendimento, demandaria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA. PUBLICAÇÃO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. DANOS MORAIS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ.*

*2. No caso, a avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios, justificadores do julgamento antecipado da lide, quanto da necessidade de outras provas demandaria incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável em recurso especial.*

*3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 875.916/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016)*

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator